



ANO 13 Nº 3
Março de 2004

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Parmalat em marcha a ré na globalização

A Parmalat, multinacional italiana na área de laticínios, estruturou-se em uma rede mundial, abrangendo 30 países. No Brasil, onde cresceu através de aquisições de empresas brasileiras, possuía 33 unidades de produção e distribuição dispersas por todo o território nacional, das quais 23, no setor industrial, foram compradas entre 1991 e 2001.

Em dezembro de 2003, estourou enorme escândalo financeiro, vindo a público, primeiro, o desvio de pesadas somas de dinheiro da companhia para a conta particular de seu principal executivo e, em seguida, o elevado grau de endividamento do grupo. Em meio à divergência sobre o montante do rombo e do endividamento e de especulações sobre balanços maquiados no Brasil, vinculados à remessa de lucros para o Exterior, a Parmalat italiana, juntamente com suas unidades nos Estados Unidos e no Brasil, entrou em concordata, prognosticando-se o mesmo fim para sua filial mexicana.

A crise da Parmalat, no entanto, tem outros componentes que merecem ser destacados. Em nosso entender, ela deveria ser associada fortemente a escolhas equivocadas quanto à estratégia recente de crescimento adotada pelos administradores, especificamente quanto à velocidade empreendida no processo de expansão transfronteiras. Veja-se o caso do Brasil, onde a multinacional adquiriu, nos anos 90, em média, duas empresas ao ano, espalhadas do norte ao sul do País, crescendo, inclusive, para fora de seu *corebusiness* tradicional — laticínios. Tais opções significam concentração de pesados investimentos no tempo e complexidade administrativa associada a altos custos de logística.

A quebra da Parmalat poderia ser relacionada, também e de forma importante, ao padrão de competição instalado nos seus mercados finais, baseado na diferenciação exaustiva de produto, objetivando a “descomoditização” da produção primária. Esse é um processo extremamente exigente em inversões e implica elevados gastos, cujo melhor exemplo são os feitos em propaganda.

Quais as consequências da concordata da empresa no Brasil? A aquisição das empresas no País inseriu os produtores nacionais na rede internacional da Parmalat, tornando-os solidários, para o bem ou para o mal, com os (des)caminhos da empresa como um todo. É por isso que a concordata da empresa na Itália afeta o produtor de leite em Carazinho (RS). E, ainda mais, na medida em que a Parmalat se expandiu geograficamente, através da aquisição de empresas em vários estados brasileiros, sua crise repercute nos produtores do Rio Grande do Sul, de Goiás, do Rio de Janeiro, do Paraná e de Roraima. Ou seja, a concordata na Itália, pelas características da estruturação da empresa no Brasil, assume propor-

ções socioeconômicas tais que transforma um problema corporativo, privado, em questão de Estado. É a globalização!

A concordata da empresa conduziu imediatamente a uma desorganização no mercado de laticínios, nas áreas de compra e venda. É a crise em setores com produção concentrada! Tudo indica que a reorganização dos mercados se processará através da compra, ou arrendamento, das unidades industriais por cooperativas e empresas de produtores de leite regionais e nacionais, levando à (re)nacionalização do patrimônio da empresa, à volta aos mercados regionais e à desconcentração na área industrial de derivados de leite “quase-commodities”. Nesse novo contexto, em que desaparece de cena uma das empresas-líderes na segmentação dos mercados lácteos no Brasil, a diminuição da pressão sobre os demais participantes poderá levar a um arrefecimento nesse processo de diferenciação e, por outro lado, a uma maior concentração da produção nos segmentos do mercado de produtos de maior valor agregado.

Parmalat no Brasil: aquisições e fusões de empresas e marcas no agronegócio — 1991-01

SETORES	EMPRESA/ MARCA	UNIDADES DA FEDERAÇÃO
Alimentos em geral - concentrados, atomatados	Bollis Etti	(1)... PE
Chocolates, doces, biscoitos	Neugebauer	RS
Laticínios	Sodilac Fiorlat Bethânia Alimbra Santa Helena Go-Go Mococa de Goiás Suprema Planalto Glória Cilpe Batavo Alpha SPAM Ouro Preto Lacesa Laticínios Teixeira Via Láctea	(1)... (1)... (1)... Bahia GO GO MG MG MG PE PR RJ RJ RO RS SP SP
Trigo - moinhos; pães, doces, massas e biscoitos	Petybon General Biscuits	(1)... (1)...

FONTE: **Valor Econômico**, várias edições até 10.03.04.

Gazeta Mercantil, várias edições até 10.03.04.

(1) Desconhece-se a unidade da Federação.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

Taxa de distorção idade-série no ensino médio do Brasil e do RS, em 2002

A taxa de distorção idade-série permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. No caso brasileiro, considera-se a idade de 15 anos como a idade adequada para o ingresso no ensino médio, cuja duração, normalmente, é de três anos. Essa taxa apresenta valores elevados tanto para o Brasil (51,1%) quanto para o Rio Grande do Sul (38,8%).

Constatam-se, no País, taxas de distorção idade-série elevadas tanto na 1ª série (53,0%) quanto nas séries seguintes (em torno de 50%). No Estado, a taxa é alta na 1ª série (43,2%), reduzindo-se, paulatinamente, nas séries seguintes, ou seja, 37,5% na 2ª série e 32,3% na 3ª série.

O fenômeno da alta distorção idade-série no ensino médio está associado a elevadas taxas de reprovação e evasão, devidas, em parte, ao significativo número de alunos que aliam o estudo ao trabalho e que representam um expressivo contingente dos alunos matriculados em escolas noturnas. A alta distorção idade-série dos alunos que concluem a 8ª sé-

rie do ensino fundamental e que ingressam no ensino médio é outro fator de distorção das faixas etárias esperadas desse nível de ensino (15-17 anos).

Taxa de distorção idade-série no ensino médio, por séries, do Brasil e do RS — 2002

SÉRIES	BR	RS
1ª	53,0	43,2
2ª	49,1	37,5
3ª	50,4	32,3
Total	51,1	38,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MEC/INEP.

Salvatore Santagada (FEE/NIS)

A primeira fase da reforma tributária

A reforma tributária aprovada em 2003 constituiu-se em uma das três fases previstas pela União para a implementação das mudanças na área de tributos. Com essa etapa, o Governo pretende, através da alteração de algumas alíquotas, da manutenção de outras e da criação de instrumentos fiscais, garantir o equilíbrio das contas públicas e atingir o superávit primário de 4,25% do PIB em 2004, conforme acordado com o FMI.

Nesse contexto, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) manteve a vigência de sua alíquota (0,38%), o mesmo acontecendo com a alíquota máxima do Imposto de Renda-pessoa física (IRPF) — 27,5% — e a Desvinculação de Recursos da União (DRU) — 20%.

No pacote de reforma, para reforçar as finanças estaduais, através de medida provisória (MP), foi aprovada a repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com os estados (25%), devendo estes repassarem o mesmo percentual (25%) aos seus municípios.

Em outra MP, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) teve sua alíquota elevada de 3% para 7,6%, tornando-a não cumulativa e perdendo seu efeito em “cascata”. Essa alteração elevou em 153% a alíquota. Embora o Governo afirme que o pacote não irá aumentar a

carga tributária, a receita prevista deve crescer em mais de R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 14 bilhões apenas com a Cofins. Assim, o Governo, com a adoção dessas medidas, irá conseguir o ajuste fiscal necessário mesmo sem a aprovação das outras fases programadas.

Estimativas e arrecadação das receitas federais no Brasil — 2003 e 2004

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA REALIZADA 2003 (R\$ milhões)	RECEITA PREVISTA 2004 (R\$ milhões)	Δ% 2004/2003
Receita administrativa pela SRF	259 576	278 435	7,27
IRPF	5 105	5 771	13,05
CPMF	23 047	25 443	10,40
Cofins	59 564	73 541	23,47
CIDE (combustível)	7 496	8 430	12,46
Outras receitas	164 364	165 250	0,54

FONTE: Ministério da Fazenda.

Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Maria Luiza Borsatto (FEE/NEESF)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta de Conjuntura FEE

Exportações: cresce a participação de novos mercados

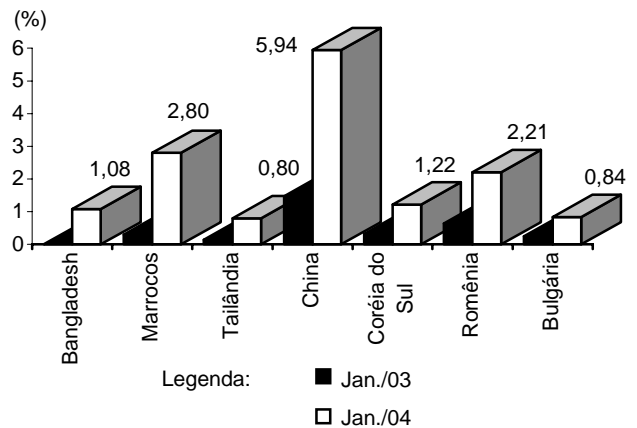
As exportações gaúchas de janeiro de 2004 atingiram US\$ 617,9 milhões, significando um acréscimo de 38% em relação a janeiro de 2003 e de 67% quando comparadas às do mesmo mês de 2002. Analisando-se por destino, verifica-se que os sete países que apresentaram as mais significativas taxas de crescimento, em conjunto, elevaram sua participação na pauta exportadora de 3% em janeiro de 2003 para 15% em janeiro de 2004.

Esse incremento deveu-se ao elevado aumento do valor exportado de alguns produtos, como: óleo de soja para Bangladesh; farelo de soja para a Tailândia; e grãos e óleo de soja para a China. Já para Marrocos, Romênia e Bulgária, foi exportado trigo, produto não tradicional na pauta exportadora. Para a Coreia do Sul, predominaram as vendas de pasta química de madeira.

A diversificação de mercados de destino foi decorrência, em boa parte, do aumento da produção agrícola interna, fato que levou os empresários gaúchos a intensificarem a busca e/ou a ampliação de novos mercados externos, tendo em vista o protecionismo agrícola existente nas nações mais desenvolvidas. Por decorrência, as exportações gaúchas para os países desenvolvidos apresentaram uma taxa de crescimento inferior às das vendas para os países em desenvolvimento neste mês de janeiro, assim como ocorreu ao longo de 2003. Também contribuíram para a ampliação de mercados os problemas internos em economias de vários parceiros,

em especial do Mercosul. Essa diversificação tem reduzido os efeitos das crises localizadas em tradicionais parceiros comerciais do Estado, possibilitando que as vendas externas do RS continuem a crescer.

Participação de países selecionados nas exportações do RS — jan./03 e jan./04



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/ /Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

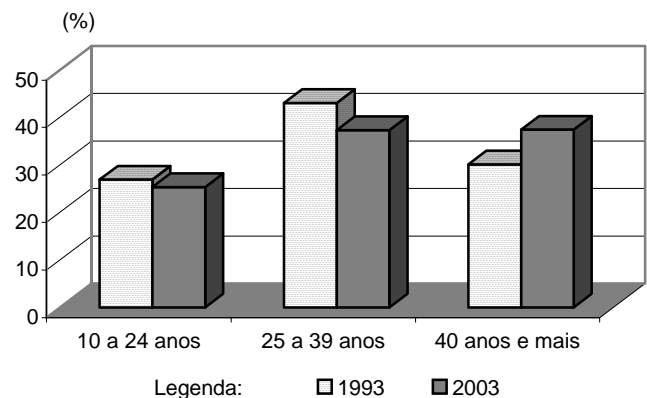
Mudança demográfica conduz ao envelhecimento do trabalhador

O envelhecimento da população na Região Metropolitana de Porto Alegre acarretou uma redistribuição da população na pirâmide etária, que elevou a idade média da População Economicamente Ativa (PEA), a qual passou de 33,5 anos em 1993 para 35,3 em 2003, segundo os dados da PED-RMPA. Assim, a participação do contingente com idade de 40 anos e mais alcançou 37,4% em 2003, representando um incremento de 7,3 pontos percentuais em relação a 1993, quando sua participação na PEA era de 30,1%. Com isso, esse segmento alcançou, em 2003, a mesma proporção observada entre os indivíduos com idade entre 25 e 39 anos. Estes últimos, que tradicionalmente detinham a maior parcela na PEA, sofreram uma redução de 5,7 pontos percentuais na sua participação. Verifica-se, portanto, que os segmentos mais jovens diminuíram sua participação na PEA, enquanto os adultos com 40 anos e mais foram os únicos que acusaram aumento entre 1993 e 2003.

A nova conformação da pirâmide etária da PEA requer, por parte do Estado, uma reavaliação das estratégias de planejamento direcionadas a políticas públicas e sociais no âmbito do emprego, sobretudo quando se consideram as modificações ocorridas no mundo do trabalho, através do processo de reestruturação produtiva e organizacional, nos anos 90. No caso do segmento maior de 40 anos, tais mu-

danças tornaram-no mais suscetível às adversidades do mercado de trabalho, o que pode ser apreendido, principalmente através do maior crescimento do desemprego, paralelamente à ampliação de várias formas de precarização da mão-de-obra para o conjunto da força de trabalho.

Distribuição percentual da PEA, por faixa etária, na RMPA — 1993 e 2003



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Norma Herminia Kreling (FEE/PED)

Comportamento heterogêneo do “complexo metal-mecânico”

O conjunto das indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e de comunicações e de material de transporte representa o chamado “complexo metal-mecânico”, que leva esse nome em função das matérias-primas com que trabalha, da articulação em nível de fornecedores e de mercado consumidor e também de uma base técnica em comum (BAHIA e outros, texto nº 786, IPEA, 2001).

O peso do “complexo metal-mecânico” na indústria gaúcha é bastante significativo, uma vez que ele é responsável por aproximadamente 25% do valor da transformação industrial (VTI). Esse peso, aliado ao fato de que seu desempenho traz conseqüências a outros setores econômicos, faz com que esse grupo de indústrias desempenhe um papel multiplicador importante na indústria gaúcha. Com efeito, a noção de complexo industrial — em sua acepção ampla — não prevê um comportamento autárquico em relação ao resto da economia, mas, ao contrário, é sabido que os complexos industriais interagem também com os setores da economia que lhes são exteriores.

O comportamento dos gêneros integrantes do “complexo metal-mecânico” foi bastante heterogêneo em 2003. Tomando por base a produção física através do índice acumulado de 12 meses, tem-se que: a indústria metalúrgica cresceu 4,0%; a mecânica, 23,2%; e a de material de transporte cresceu 8,7%. A indústria de material elétrico e de comunicação foi o único gênero integrante do “complexo metal-mecânico” a apresentar uma taxa negativa: -4,6%. Esse fato deve ser relativizado em função do peso do gênero, que não passa de 3,9% do VTI da indústria de transformação do Estado.

Sobressai o desempenho da indústria mecânica, cuja taxa de expansão foi seis vezes superior à do conjunto da indústria de transformação, que foi de 3,8%. Essa performance pode ser explicada pelo setor de máquinas e implementos agrícolas, que influencia fortemente a indústria mecânica no Estado. O dinamismo excepcional do agronegócio provocou uma expansão da demanda por tratores e máquinas agrícolas (incluindo peças de reposição). O mercado externo

também contribuiu para o desempenho do setor, uma vez que as máquinas agrícolas estão entre os produtos principais da pauta de exportações do Rio Grande do Sul em 2003. Há ainda a considerar o estímulo do Moderfrota, programa de crédito para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas produzidos no País.

Quanto aos demais gêneros integrantes do “complexo metal-mecânico”, destaca-se também a indústria de material de transporte, que teve um comportamento bastante satisfatório em 2003, basicamente em função da produção de cabines e carrocerias para veículos automotores destinadas à exportação.

Como aqui ficou constatado, os setores da indústria gaúcha pertencentes ao chamado “complexo metal-mecânico” apresentam significativa disparidade no que concerne aos índices de produção física, o que pode ser considerado um indício da existência de outras heterogeneidades no interior desse complexo industrial, que vão além da quantificação da produção.

Taxas de crescimento da produção física do “complexo metal-mecânico”, por gêneros, no RS — 2003

GÊNEROS	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)
Metalúrgica	4,00
Mecânica	23,16
Material elétrico e de comunicação	-4,60
Material de transporte	8,74
Indústria de transformação ..	3,83

FONTE: IBGE.

NOTA: Índice acumulado de 12 meses (base: últimos 12 meses anteriores = 100).

Áurea Breitbach (FEE/NEI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 16.03.04).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery www.fee.rs.gov.br

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.